



Riquezas da Boa Terra

**D**esenvolvimento sustentável é a expressão chave para a definição da estratégia Riquezas da Boa Terra. Incorporando o entendimento internacional acerca do esgotamento de um modelo anterior de desenvolvimento – que não privilegiava a exploração racional dos recursos naturais e bens culturais –, essa estratégia aponta para novas formas de condução do processo de crescimento, capazes de melhorar a qualidade de vida e preservar os ativos ambientais e culturais, patrimônios basilares para o futuro da Bahia e dos baianos.

A adoção dessa estratégia coloca o Governo do Estado frente ao desafio histórico de introduzir inovações conceituais e mudanças na lógica de formulação e implementação das intervenções públicas. Trata-se de rever o processo de crescimento econômico descontrolado e a urbanização desordenada, fatores responsáveis pela deterioração das condições de vida, buscando alternativas de produção compatíveis com as demandas sociais e com as potencialidades e restrições ambientais e culturais.

A incorporação das dimensões ambiental e cultural aos processos decisórios levou à concepção de três linhas de intervenção, que remetem tanto a estratégias de transição quanto a ações imediatas: Recuperação dos Recursos Degradados, Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Culturais e Educação Ambiental. Em todas elas, o planejamento governamental e a atividade reguladora do Estado terão papel relevante. Cabe evidenciar que as ações relativas a Educação Ambiental serão tratadas em todas as estratégias, fortalecendo e buscando a conscientização e a educação, que são poderosos aliados na preservação do meio ambiente e no alcance do desenvolvimento sustentável.

Para a execução dessa estratégia, o PPA prevê recursos orçamentários da ordem de R\$ 534,7 milhões.

**Recuperação dos Recursos Degradados** – A tarefa de eliminar o passivo resultante de contínuas agressões ao patrimônio natural impõe-se, hoje, de forma irrecusável ao poder público, sob risco de consumarem-se perdas irreparáveis. Por essa razão, o Governo irá priorizar a restituição das condições de integridade aos ambientes comprometidos, minimizando ou suprimindo os danos causados aos recursos hídricos e florestais, ao solo, aos ecossistemas costeiros, ao espaço urbano, e à atmosfera. Essa linha de intervenção que abriga um único Programa, prevê recursos orçamentários da ordem de R\$ 44,4 milhões.

Para recuperar as bacias hidrográficas, florestas, o solo e os ecossistemas que se encontram ameaçados no território baiano, o Programa Reviver Nossas Águas e Renascer Nossa Terra deverá atuar diretamente sobre os fatores de pressão. Essa ação se fará tanto sobre o lançamento de esgotos e efluentes industriais, como na adequação do uso dos recursos hídricos em níveis compatíveis. As medidas propostas envolverão desde o reordenamento da ocupação territorial, reflorestamento e recomposição da mata ciliar, até obras de infra-estrutura e saneamento, recuperação de áreas degradadas e ainda a revitalização do rio São Francisco e o aproveitamento do entorno do lago de Sobradinho.

O combate à degradação do solo terá como propósitos restabelecer as aptidões nas terras produtivas ou as condições originais nas áreas consideradas de valor ecológico. O reordenamento do uso territorial, o reflorestamento e o incentivo à adoção de tecnologias limpas serão alguns dos expedientes adotados, notadamente nas áreas caracterizadas pela prática da monocultura e da extração de minérios.

**Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Culturais** – A Bahia ambientalmente limpa, que a sociedade e o Governo baiano almejam, requer, fundamentalmente, a aplicação da inteligência



para o uso adequado dos recursos. Mas demandará, igualmente, a articulação efetiva entre as comunidades locais, os governos federal, estadual e municipais, além de instâncias como universidades e organizações sociais, num verdadeiro pacto social quanto à melhor forma de ocupar os ambientes.

O modelo de gestão ambiental inovador que vem se desenvolvendo na Bahia, fundamentado no planejamento da ocupação espacial, participação, agilidade e eficiência, deverá evoluir sensivelmente no próximo quadriênio, de forma a registrar saltos qualitativos em todas as suas vertentes: na capacitação de recursos humanos, na modernização institucional, e no licenciamento, fiscalização e informação ambiental. Essa é a linha de intervenção mais representativa da estratégia Riquezas da Boa Terra, com um orçamento previsto de R\$ 478,5 milhões, o que corresponde a 89,5% do total orçado para a estratégia.

A gestão dos recursos naturais do Estado, a cargo do Programa De Olho na Natureza, priorizará o fomento a tecnologias limpas, capazes de tornarem os processos produtivos cada vez mais eficientes, econômicos e ambientalmente corretos. Na prática, esse compromisso exigirá desde a formulação de políticas de desenvolvimento florestal sustentável até procedimentos como a certificação ambiental, a normalização do uso dos recursos, avaliação de impactos, realização de estudos e pesquisas, preservação de biomas e a gestão de Áreas de Proteção Ambiental – APAs. Terão continuidade as ações da política de recursos hídricos, que tem como finalidade a ampliação da oferta de água para o consumo humano, para as atividades econômicas e a implementação de um sistema de gestão que assegure a preservação dos mananciais e das bacias hidrográficas, promovendo o uso racional da água, evitando conflitos entre os usuários.

O Programa prevê, também, a realização de ações de fiscalização, licenciamento, proteção e conservação do meio ambiente.

Cabe destacar, ainda, as ações voltadas para a gestão de recursos naturais em áreas de potencial turístico, entre as quais estão previstas a elaboração de 35 planos ambientais e a implantação de três novas APAs.

A sensibilidade do Governo da Bahia com a questão cultural deverá se traduzir, nos próximos quatro anos, em medidas concretas para delimitar sítios patrimoniais, através do Programa Preservando Nossa História, estabelecendo mecanismos eficazes de proteção a monumentos e áreas de especial interesse histórico, cultural, arqueológico e arquitetônico, de forma a reduzir a sua vulnerabilidade.

As ações direcionadas à recuperação de bens históricos e da memória cultural, assim como a preservação da herança de conhecimentos, valores e tradições, processar-se-ão de forma integrada ao desenvolvimento, dentro da concepção de que o rico patrimônio baiano deve ser colocado à disposição da população e dos turistas, observadas as regras de acesso, adaptações e cuidados necessários. Nesse sentido, o Governo buscará a viabilização das ações através de parcerias com organismos internacionais, iniciativa privada e universidades.

O projeto de preservação do patrimônio cultural tem recursos programados para atendimento a ações de recuperação e restauração de imóveis protegidos e de bens religiosos, além da recuperação de bens móveis de valor cultural, da implantação de novos museus e da preservação de paisagens culturais. Além disso, estão previstos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID,



através da linha de financiamento Monumenta, destinados à preservação de sítios históricos e recuperação de 242 imóveis de valor histórico-cultural nas cidades de Lençóis e Cachoeira.

Outras ações voltadas para a preservação do patrimônio histórico-cultural estão previstas no PPA, com recursos do Prodetur a serem investidos na recuperação de imóveis tombados e na implantação do Museu Rodin, além de projetos de arquitetura e engenharia para preservação de bens patrimoniais.

Na esfera cultural, o desafio será compatibilizar o crescimento econômico com a preservação do patrimônio histórico-cultural, em atenção aos riscos de perda de identidade e degradação do acervo. O notável impulso experimentado pela Bahia nesse campo, em anos recentes, com repercussão no fluxo turístico, deverá ser seguido de novos avanços, dentre os quais se prevê a extensão a outras cidades históricas baianas do audacioso programa de recuperação patrimonial desenvolvido em Salvador.

**Educação Ambiental** – Consciente de que a caminhada rumo ao estágio do desenvolvimento sustentável somente será bem-sucedida na medida em que resultar de uma construção coletiva, o Governo se empenhará num esforço permanente de sensibilização da sociedade, buscando o comprometimento dos diversos atores sociais.

A educação ambiental, nesse contexto, será instrumento imprescindível de política pública, para a difusão dos novos paradigmas, práticas e condutas, bem como para a conscientização quanto

à co-responsabilidade das atuais gerações na transferência dos legados naturais e culturais às gerações futuras.

As questões de educação ambiental na Bahia não estão retratadas apenas nesse Programa, seu foco é permanente e permeia as diversas ações interinstitucionais traduzidas em cada intervenção pela relevante importância da preservação ambiental que garantirá um desenvolvimento sustentável.

Permeando o conjunto de ações governamentais relacionadas ao ambiente natural e construído, o Programa Consciência Ambiental aplicará e disseminará, através de mecanismos educacionais, os valores edificantes de um comportamento social zeloso e responsável. As ações envolverão a formação e capacitação em educação ambiental e a realização de seminários, campanhas e mutirões, tendo como temas a preservação do patrimônio construído e natural, com ênfase para a preservação da bacia do rio São Francisco, da Baía de Todos os Santos e do patrimônio cultural.

As ações desse Programa, com forte cunho educativo, estarão voltadas para o desenvolvimento humano continuado e serão realizadas por meio de parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais, com vistas à ampliação da conscientização da sociedade acerca das questões ambientais. Essas ações, que incluem a realização de campanhas educativas e o apoio/promoção de evento são contempladas pelo PPA com recursos da ordem de R\$ 11,8 milhões.